

Aspectos positivos na matéria?

AGÊNCIA ESTADO

O líder do PDT no Senado, Roberto Saturnino, anunciou ontem, em plenário, que vai votar a favor da aprovação do "pacote" tributário do governo, por reconhecer "certos aspectos positivos na matéria, principalmente sobre os assalariados de renda mais baixa". No entanto, entende que o "pacote" não vai resolver o problema fundamental da economia nacional, que é a inflação.

Na opinião do senador, é preciso adotar uma decisão política para desvalorizar a dívida interna do governo. Assinalou que, se o "pacote" der certo, a inflação se situará em torno de 220% no próximo ano, mas a dívida pública interna aumentará dos 300 trilhões atuais para a casa do quadrilhão de cruzeiros, não existindo o orçamento que possa melhorar a situação.

INDÚSTRIA

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, tentou ontem, sem muita convicção, defender o "pacote" econômico do governo, mas acabou revelando que tem recebido inúmeros telefonemas de empresários insatisfeitos e preocupados com as suas consequências.

Ele citou três medidas que, a seu ver, afetarão diretamente o setor industrial: a depreciação acelerada dos equipamentos, alterada de dez para cinco anos, contribuirá para a modernização do parque industrial do País, mas tanto a redução do prazo de recolhimento do IPI sobre automóveis e fumo, como a instituição da declaração semestral para empresas com lucro real superior a 40 mil ORTN, levarão muitas delas a se endividar.

Depois de ressaltar que é preciso acreditar no governo, principalmente no ministro Dílson Funaro, "o primeiro industrial a ocupar a pasta da Fazenda nos últimos anos", Albano Franco afirmou que o empresariado espera a contrapartida do próprio governo às medidas, ou seja, a redução do déficit público.

O empresariado nacional não pode aceitar mais uma nova ampliação da carga fiscal, pois as empresas já chegaram a limites insuportáveis como pagadoras de tributos, não podendo o governo exigir delas, maiores sacrifícios. Além disso, os poderes públicos não deram efetiva contrapartida em termos de austeridade nos gastos, de melhor aplicação aos recursos disponíveis e de transparência nas contas públicas.

A advertência é do presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sindicon), no Espírito Santo, João Luiz de Menezes Tovar. Ele afirma ser preciso dizer aos responsáveis pela política econômica que, para alcançar a normalização democrática, torna-se necessário e imprescindível "dar efetiva e plena execução ao plano de prioridades sociais do governo Sarney".

REDUÇÃO SALARIAL

O presidente da Federação Nacional dos Administradores de Empresas, Wagner Siqueira, afirmou ontem, no Rio, que a decisão do governo, estabelecendo o índice único de correção, o IPCA, vai acarretar nova redução nos salários e, indiretamente, aumento de 20% em todos os aluguéis.

Frisou que a Fundação Getúlio Vargas havia chegado a um índice inflacionário de 14% em novembro, mas, pelo novo sistema, ele ficou em apenas 11%, o que acarretará uma perda concreta de 3% nos reajustes salariais, o que contraria frontalmente a política do presidente Sarney de reposição das perdas de vencimento dos trabalhadores, cujo poder aquisitivo foi duramente atingido durante a administração Delfim Netto no governo Figueiredo.